

Agroindústrias terão incentivo do governo

por Vera Brandimarte
de São Paulo

O governo pretende incentivar, nos próximos quatro anos, uma grande transformação na agricultura brasileira, investindo em sua modernização e aumento de produtividade e na implantação de agroindústrias junto às zonas produtoras. Conta, para esse projeto, com um fundo inicial de US\$ 2,5 bilhões, aos quais espera que se somem novas aplicações voluntárias do sistema financeiro.

A decisão de como e onde investir na área agrícola e agroindustrial será facilitada a partir do próximo ano pelo município de dados dos planos de competitividade e regionalização que serão elaborados pelo governo. Nesse trabalho serão cruzadas informações, por região, das condições de clima, solo e adaptação de culturas, densidade populacional, infraestrutura existente de estradas e energia elétrica, serviços, entre outros.

Com base nesses dados o governo definirá as diretrizes para concessão dos créditos de investimento que serão repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao sistema financeiro, que, por sua vez, em prestará os recursos a longo prazo, com até oito anos de carência, a pessoas físicas e jurídicas.

Embora esse trabalho, que envolverá os ministérios da Economia, Agricultura, Infra-Estrutura e Ciência e Tecnologia, ainda não tenha sido oficialmente iniciado, a coordenadoria de agropecuária do Ministério da Economia já projeta algumas das prioridades que provavelmente deverão constar desse plano.

Para a região dos cerrados do Centro-Oeste, por exemplo, não será estimulada a implantação de novas indústrias de soja, já que a capacidade lá instalada ao longo da última década supera a produção de grãos para esmagamento, afirma João Mauro Bos-

chero, coordenador de agropecuária do Ministério da Economia. Em contrapartida, serão considerados prioritários, naquela região, que tem um forte potencial para a produção de milho e soja, os investimentos no restante da cadeia protéica, ou seja, em fábricas de ração e agroindústrias de frango, suínos e carnes bovinas.

Essa já tem sido, pelo menos em planos, a nova rota de investimentos das indústrias de frangos e suínos, preocupadas em aproximar suas estruturas de produção aos pontos de fornecimento de insumos e preços mais baixos. Nas regiões Sul e Sudeste do País, onde se concentram os investimentos dos grandes grupos do setor de avicultura e suinocultura, é grande a disputa pelo milho, o que recomendaria hoje planos de expansão para áreas onde a oferta de grão é maior e os custos menores.

Nesse segmento pretende o governo, no entanto, estimular não apenas a instalação de abatedouros mas também de indústrias de variados portes, dedicadas a subprodutos de carne e em todos os pontos do País.

O estímulo ao processamento de produtos acompanhará, na verdade, todas as recomendações de plantio para cada região. Assim, por exemplo, deverá ser incorporado ao plano o incentivo ao plantio de algodão no Centro-Oeste, seu beneficiamento e fiação, tomando-se por base a bem-sucedida experiência do empresário Olacyr de Moraes, que vem obtendo taxas de produtividade próximas às da cotonicultura norte-americana no centro-norte de Mato Grosso. Lá o empresário instalará uma unidade de fiação, utilizando a fibra longa produzida não apenas em suas fazendas mas também por seus vizinhos — que, como ele, estão reduzindo o plantio de soja no qual conseguiam boa produtividade mas recebiam preços inferiores aos custos de produção em

função do aumento dos fretes e impostos.

Da mesma forma se espera, por exemplo, incrementar a produção de sucos vitaminados a partir de frutas tropicais como o caju ou até a acerola, rica em vitamina C e introduzida com sucesso na região irrigada do Vale do São Francisco.

Iniciativas paralelas de programas de investimento também estão sendo conduzidas pela Companhia Vale do Rio Doce, que estuda a viabilidade de projetos de produção de grãos para exportação e de reflorestamento e implantação de indústrias de papel e celulose numa área central do País, que vai de Goiás e Minas Gerais até o Pará, oeste da Bahia e sul do Maranhão e Piauí. A produção dessas áreas poderia se valer, para seu escoamento, dos portos marítimos no litoral do Maranhão e do Espírito Santo, que a elas se ligam respectivamente através da Ferrovia Norte-Sul e pela ferrovia da Vale, que se conecta às linhas da Rede Ferroviária Federal S.A.

O plano, no caso, pretende aproveitar a infraestrutura existente e ociosa de ferrovias, levando-se em conta que este meio de transporte mais barato atenuaria os problemas de perda de competitividade da produção brasileira causados pelos elevados custos internos de frete.

Até o momento, novos investimentos em ferrovias só estão sendo estudados para pequenos trechos, que liguem linhas já existentes ou conectam a linhas fluviais.

É o caso, por exemplo, da linha entre Brasília e Pirapora, em Minas Gerais, de onde a produção poderia seguir pelo longo trecho navegável do rio São Francisco até o Nordeste. Ou ainda um trecho de pouco mais de 30 quilômetros entre Teresina e Ceará que falta para completar a integração que permitirá o escoamento da produção do norte do Estado de Tocantins.